

AMAZÔNIA

Texto I

O bioma Amazônia ocupa 4,1 milhões de km², representando 48% do território brasileiro. Existem hoje 50 unidades de proteção integral (federais e estaduais), 77 unidades de uso sustentável (federais e estaduais) e 259 terras indígenas, ocupando 4,12%, 8,99% e 22,86% do bioma, respectivamente.

N. Bensusan (org.). *Seria melhor ladrilhar?* In: N. Bensusan. *Biodiversidade, como, para que, por quê*. Brasília: ISA/UnB, 2000.

Texto II

Vários estudos sugerem que a diversidade de espécies, de ecossistemas e genes não é apenas um fenômeno natural, mas também cultural, isto é, seria inclusive resultado da ação humana. De acordo com esses estudos, as populações humanas não somente convivem com florestas e conhecem os seres que aí habitam, como as manejam, ou seja, manipulam seus componentes orgânicos e inorgânicos. Portanto, como salienta Ribeiro (1990), o manejo das espécies naturais por populações amazônicas resulta no aumento de comunidades vegetais e na sua integração com espécies animais e com o homem.

Brasil, MMA. *Avaliação e identificação de ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição dos benefícios da biodiversidade na Amazônia brasileira*. Brasília: MMA/SBF, 2001 (com a d a p t a ç ã o e s) .

A partir da leitura dos textos I e II e considerando o tema unidades de conservação (UC), julgue os itens a seguir.

- 79** Em 336 unidades de conservação existentes no bioma amazônico é permitida a exploração direta de recursos naturais.
- 80** Uma vez que se trata de unidades de conservação de uso sustentável, as reservas extrativistas comportam a extração de recursos minerais, se estes forem obtidos e comercializados pelas comunidades que vivem nas UC.
- 81** Em virtude da situação descrita no texto II, não estão legalmente previstas ações governamentais de monitoramento e conservação ambiental em terras indígenas, que estão destinadas à conservação daquelas populações humanas e de suas culturas. A longa coexistência dessa população com o ambiente amazônico já garante a conservação do ecossistema.
- 82** Não é possível inferir do texto I que as 50 UC de proteção integral estejam localizadas em terras públicas.

O MMA concluiu a etapa inicial de implantação do Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal (PROECOTUR) ao assinar, na última semana, convênio com o governo do Amazonas. Todos os estados da região estão recebendo recursos para implementar o programa e manter as atividades do núcleo de gerenciamento. Último estado a assinar o convênio com o MMA e a Secretaria de Coordenação da Amazônia, o Amazonas receberá R\$ 266 mil. Os recursos serão destinados à elaboração do plano de ecoturismo, projetos de infra-estrutura para proteção de sítios arqueológicos e compra de equipamentos, como veículo de cabine dupla, lancha e computadores.

Internet: <http://www.funbio.org.br/port/noticias/clip12a_00.htm> (com adaptações).

Com base nesse texto e considerando o tema turismo na Amazônia, julgue os itens subseqüentes.

- 83** Por se tratar de um programa que envolve três ministérios, o PROECOTUR conta com um comitê interinstitucional que busca promover a integração institucional dos órgãos e entidades do governo federal responsáveis por atividades compatíveis e complementares com aquelas do programa. Esse comitê é presidido pelo ministro do Meio Ambiente.
- 84** O PROECOTUR foi estruturado em três componentes: planejamento do ecoturismo na Amazônia Legal, gerenciamento do ecoturismo nas áreas selecionadas e fortalecimento do segmento ecoturístico.
- 85** No estado do Amapá, os resultados da Agenda Positiva indicaram o ecoturismo como uma das prioridades. Os resultados da agenda apontam, entre outros objetivos, a capacitação de recursos humanos para o turismo sustentável, com inserção das populações tradicionais, e a integração com o Platô das Guianas.

Um proprietário rural do estado do Mato Grosso deseja criar gado em sua propriedade de 400 ha, localizada em área de floresta, e solicita autorização para desmatar 10% da propriedade ao longo do ano corrente.

Com base nessa situação hipotética e na legislação vigente, julgue os itens que se seguem.

- 86** É necessária a vistoria técnica da área, por se tratar de desmatamento a taxa superior a 3 ha/ano.
- 87** Por força de lei, o desmatamento deverá ser necessariamente autorizado, uma vez que corresponde a menos de 20% da área da propriedade.
- 88** Caso a propriedade em questão apresente uma área com árvores frutíferas, o proprietário não poderá computar essa área para o cumprimento da manutenção da área de reserva legal.

estado	1998		1999		2000	
	km ²	%	km ²	%	km ²	%
Mato Grosso – MT	6.466	37,2	6.963	40,3	6.369	34,9
Pará – PA	5.829	33,5	5.111	29,6	6.671	36,6
Rondônia – RO	2.041	11,8	2.358	13,6	2.465	13,6
outros estados amazônicos	3.047	17,5	2.827	16,5	2.721	14,9
total (Amazônia Legal)	17.383	100,0	17.259	100,0	18.226	100,0
subtotal (MT, PA e RO)	14.366	82,5	14.432	83,5	15.505	85,0

MMA. Modelo de licenciamento ambiental em propriedade rural na Amazônia Legal. 2001.

A tabela acima refere-se à participação dos estados de Mato Grosso, Pará e Rondônia no desmatamento regional, entre 1998 e 2000. Considerando essa tabela e o processo de desmatamento na Amazônia, julgue os itens seguintes.

- 89** O estado de Rondônia foi o que apresentou menores taxas de desmatamento, entre os estados onde ocorre o bioma amazônico, nos anos considerados na tabela.
- 90** A pecuária extensiva e a conversão de solos para agricultura são fatores relevantes para a ocorrência do processo de desmatamento nos estados de MT, PA e RO no período mostrado.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

O zoneamento ecológico-econômico (ZEE) federal representa uma compartimentalização hierarquizada do espaço geoeconômico nacional, baseada no recorte geográfico estabelecido pelos eixos nacionais de integração e desenvolvimento do PPA. O ZEE federal deverá dividir cada uma das áreas abrangidas pelos eixos do PPA em unidades ambientais caracterizadas por uma identidade estrutural e funcional, tal que representem situações equi-problemáticas e equi-potenciais em termos de desenvolvimento e preservação.

Internet: <<http://www.mma.gov.br>>.

Com relação ao tema abordado no texto acima, julgue os itens a seguir.

- 91** O ZEE busca mediar os conflitos e ordenar as soluções que envolvem a atividade econômica e o uso dos recursos naturais.
- 92** O Plano Plurianual (PPA) é objeto de preocupação e de mobilização do governo como um todo, em suas diversas áreas.
- 93** As “unidades ambientais” referidas no texto representam uma agregação de áreas com absoluta homogeneidade interna de dados, ou seja, que não apresentam variância interna efetiva.
- 94** O primeiro nível hierárquico do ZEE federal dos eixos do PPA são os domínios dos macrovetores de desenvolvimento regional.

Os instrumentos econômicos podem ser classificados em dois tipos:

- I incentivos que atuam na forma de prêmios;
- II incentivos que atuam na forma de preços.

Os primeiros requerem um comprometimento de recursos do tesouro, enquanto os segundos geram fundos fiscais. Nos instrumentos que atuam indiretamente sobre os preços, procura-se estabelecer níveis desejados de uso do bem ou serviço ambiental como, por exemplo, a quantidade total de poluição ou de uso permitida, por meio da distribuição de certificados ou direitos de propriedade que são distribuídos entre os usuários ou produtores.

Ronaldo Seroa da Motta. **Regulação e instrumentos baseados no mercado: aspectos conceituais.** In: Ronaldo Seroa da Motta e Carlos Eduardo Frickmann Young (orgs.). **Instrumentos econômicos para a gestão ambiental no Brasil.** Rio de Janeiro, dez./1997.

A respeito do assunto em questão no texto acima, julgue os itens seguintes.

- 95** Ambos os tipos de instrumentos econômicos citados no texto podem e devem ser combinados na busca de um desenvolvimento sustentável.
- 96** Os instrumentos do tipo I são constituídos pelo crédito subsidiado, mas excluem as isenções de impostos e outras facilidades contábeis para efeito de redução da carga fiscal.

97 Os incentivos do tipo II constituem todos os mecanismos que orientam os agentes econômicos a valorizarem os bens e serviços ambientais de acordo com a sua escassez e seu custo de oportunidade social.

98 Os tributos consistem em mecanismos de cobrança direta pelo nível de poluição ou uso de um recurso natural por meio de um imposto ou de uma simples cobrança proporcional ao uso do recurso em termos de quantidade e qualidade.

Segundo o relatório Nosso Futuro Comum, da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades. Portanto, o desenvolvimento sustentado pressupõe que uma determinada região deva ser capaz de manter parcelas representativas (em termos ecológicos) de seus ecossistemas naturais, ao mesmo tempo em que permita atividades econômicas que gerem empregos e mantenham a integridade das culturas locais, proporcionando, inclusive, renda ao poder público e integrando a região à economia nacional e internacional. O ecoturismo entra aqui para contribuir na busca do desenvolvimento sustentável.

João Meirelles Filho. *Ecoturismo. I – organização empresarial do ecoturismo (com adaptações)*.

No que se refere à temática retratada no texto acima, julgue os itens que se seguem.

99 Porto Velho é o principal portal de entrada aéreo para o ecoturismo na amazônia brasileira.

100 No ecoturismo, todos os esforços devem estar concentrados na valorização da biodiversidade, não devendo merecer atenção outras temáticas ambientais de caráter eminentemente urbano, como a questão do lixo.

101 O ecoturismo é a prática de turismo de lazer, esportivo ou educacional, em áreas naturais, que se utiliza de forma sustentável dos patrimônios natural e cultural, incentiva a sua conservação, promove a formação de consciência ambientalista e garante o bem-estar das populações envolvidas.

102 Utilizar guias bem preparados, trazidos de grandes centros onde obtiveram formação técnica especializada, está de acordo com os princípios do desenvolvimento sustentável apresentados no texto.

BIODIVERSIDADE E FLORESTAS

À luz do direito internacional do meio ambiente e de sua repercussão na legislação interna, julgue os itens a seguir.

103 Como decorrência da Convenção da Diversidade Biológica, a política de biodiversidade brasileira reconhece que a biodiversidade possui valor instrumental, merecendo pronta intervenção do poder público, condicionada esta ao potencial econômico dos recursos naturais e à capacidade de satisfação das necessidades humanas.

104 A Convenção de Ramsar visa à proteção de aves aquáticas, instituindo regras garantidoras da função ecológica das zonas úmidas, cabendo a um comitê internacional composto de representantes das partes contratantes, com poderes normativos e decisórios, a formulação de recomendações, bem como a discussão sobre alterações na lista de zonas úmidas de proteção internacional, tendo em vista o caráter transfronteiriço dos fenômenos ligados ao bem tutelado.

No que se refere ao Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), julgue os seguintes itens.

105 Nos termos da Constituição Federal, as unidades de conservação estão sujeitas a regime especial de fruição e de modificabilidade.

106 De acordo com a Lei do SNUC, as unidades de conservação prescindem de delimitação territorial.

107 A depender do mecanismo a ser adotado pela administração para determinar o grau de importância e extensão das unidades de conservação, estas se classificam em dois grupos: unidades de proteção integral e unidades de uso sustentável.

108 As unidades de conservação podem ser criadas por lei ou por decreto do Poder Executivo, e também por medida provisória.

Em relação às áreas de preservação permanente e à reserva legal florestal, julgue os itens que se seguem.

109 O regime de preservação permanente e a reserva legal florestal protegem apenas florestas, tendo em vista a sua função ambiental relevante.

110 Na identificação do percentual de reserva legal, deve ser ressalvada a floresta situada em área de preservação permanente porventura existente na localidade, podendo ser admitido, porém, o cômputo das áreas relativas à vegetação nativa de área de preservação permanente, quando a soma da vegetação nativa na área de preservação permanente (APP) e na reserva legal exceder o percentual legalmente estipulado para esta última.

Antônio da Silva, proprietário rural em área de cerrado localizada na Amazônia Legal, foi autuado pelo IBAMA por haver suprimido, sem autorização legal, 85% da vegetação nativa ali existente.

Pressupondo, nesse caso hipotético, a veracidade da situação fática a ser apontada pelo autuado, julgue os itens subseqüentes, relativos à defesa que ele apresentará ao órgão ambiental.

111 A autuação é insubsistente uma vez que o percentual da reserva legal não está averbado à margem da inscrição de matrícula do imóvel.

112 A restrição imposta pelo poder público a título de reserva legal subtrai o conteúdo econômico de sua propriedade, o que enseja desapropriação indireta, devendo a área passar ao domínio público.

Julgue os itens a seguir, relativos às unidades de conservação.

113 O requisito da relevância natural é indispensável para justificar a criação de uma unidade de conservação, sendo exigível a constatação, por ato fundamentado do poder público federal, estadual ou municipal, de atributos ecológicos excepcionais ou valores de extraordinária beleza cênica.

114 A área de proteção ambiental é uma categoria de unidade de conservação de uso sustentável, destinada à tutela da diversidade biológica, admitindo-se visitação pública e pesquisa científica consoante as condições fixadas pelo órgão gestor da unidade.

QUALIDADE AMBIENTAL

Além de ser um dos maiores países do mundo, o Brasil possui 7.367 km de litoral. Existem no território brasileiro dezenas de portos comerciais e terminais especiais. Dos 22 mais importantes, com grande volume de carga e descarga, 17 são marítimos e cinco fluviais. Com o propósito de conscientizar os governos dos países que integram a ONU a respeito do assunto, com o apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e do Fundo para o Meio Ambiente Global (GEF), foi lançado em 1998, na 42.^a Reunião do Comitê de Proteção do Meio Ambiente Marinho, o Programa Global de Gerenciamento de Água de Lastro (GloBallast). O Brasil foi convidado a participar desse projeto, junto com China, Índia, Irã, África do Sul e Ucrânia. Um dos objetivos do projeto é promover ações coordenadas, nesses seis países em desenvolvimento, que lhes assegurem proteção efetiva contra as conseqüências negativas da introdução de novas espécies por meio da água de lastro.

Julietta Salles Vianna da Silva, Flávio da Costa Fernandes, Karen Tereza Sampaio Larsen e Rosa Cristina Corrêa Luz de Souza. **Águas de lastro: ameaças aos ecossistemas.** In: *Ciência Hoje*, v. 32, n.º 188, nov./2002, p. 38-43 (com adaptações).

Acerca da temática abordada no texto acima, julgue os itens a seguir.

115 A água de lastro representa uma ameaça aos ecossistemas costeiros e marinhos, entre outros, por causa da poluição por lançamento de óleo.

116 Os terminais especiais a que se refere o texto, nos casos de ampliação, não estão sujeitos, dada a sua especificidade ao licenciamento ambiental.

117 As águas de lastro têm alto potencial de impacto sobre a biodiversidade marinha, justamente pelo seu poder de introduzir espécies exóticas.

118 O Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) deverá prever o zoneamento de usos e atividades na zona costeira e dar prioridade à criação de infra-estrutura portuária que favoreça o deslastre dos navios como requisito do desenvolvimento sustentável da costa brasileira.

Determinada empresa de mineração obteve, junto ao órgão ambiental competente, licença de instalação para explorar cascalho a céu aberto, sendo de 2 m a profundidade máxima autorizada de exploração da lavra. De posse apenas dessa licença, a empresa iniciou e concluiu os trabalhos de mineração. O Ministério Público, após a conclusão dos trabalhos de mineração acolheu denúncia e realizou inspeção na área. Segundo consta do laudo de exame na área de operação, a área explorada não foi recuperada e foram descumpridas quase a totalidade das condições, exigências e restrições estabelecidas na licença. Ainda de acordo com o laudo, a vegetação nativa, que antes do início das operações do empreendimento encontrava-se preservada no local, foi removida e a profundidade da lavra chegou a quase 3 m em alguns pontos. A área explorada ultrapassou a licenciada, invadindo áreas públicas, e não foram cumpridas as medidas constantes do PRAD.

A empresa, em audiência de instrução e julgamento de ação movida contra ela pelo Ministério Público, assume, a título de compensação pelos danos ambientais identificados, a obrigação de financiar, mediante doação de R\$ 50.000,00, a execução de projeto de educação ambiental que inclua a construção de viveiro comunitário de mudas, a capacitação técnica da comunidade e o plantio de mudas para a recuperação da área degradada.

Considerando essa situação hipotética e acerca do ajuste a ser realizado entre a empresa mineradora e o Ministério Público, julgue os itens seguintes.

119 A licença de instalação é parte integrante do sistema de licenciamento ambiental, que é compreendido pela licença prévia e pela licença de instalação, também conhecida como licença operacional.

120 A sigla PRAD citada no texto significa Plano de Recuperação de Área Degradada.

121 A “compensação pelos danos ambientais” mencionada no texto refere-se aos danos adicionais identificados pelo Ministério Público.

122 Por se tratar de empreendimento de grande impacto ambiental, a realização do EIA/RIMA é um condicionante para obtenção de licença de instalação, não sendo necessário em etapas anteriores do processo de licenciamento.

Introduzidas no ordenamento jurídico brasileiro pela Constituição da República de 1988 e reforçadas em suas atribuições pela Lei de Responsabilidade Fiscal, as leis de diretrizes orçamentárias (LDO) vêm desempenhando relevante papel na normatização da atividade financeira do Estado, por vezes até preenchendo lacunas na legislação permanente sobre a matéria. Com base no conteúdo da LDO para 2004, Lei n.º 10.707/2003, julgue os itens a seguir.

- 135** O texto da lei orçamentária poderá conter disposições complementares às da LDO, desde que estritamente relacionadas ao acompanhamento da realização das receitas ou à execução, à modificação e ao controle da programação de trabalho constante da lei orçamentária.
- 136** Cada programa deve identificar as ações necessárias para atingir os objetivos propostos, sob a forma de atividades, projetos ou operações especiais, especificando os respectivos valores e metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.
- 137** Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreendem a programação dos poderes da União, seus fundos, órgãos, autarquias, inclusive especiais, e fundações instituídas e mantidas pelo poder público, bem como a das empresas públicas, sociedades de economia mista e demais entidades em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto e que dela recebam recursos do Tesouro Nacional, devendo a correspondente execução orçamentária e financeira, da receita e da despesa, ser registrada na modalidade total no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).
- 138** Fica autorizada a inclusão na lei orçamentária de recursos para contrapartida de estados e municípios a empréstimos e financiamentos externos quando a União for avalista da operação.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL



Figura I



Figura II. Fundeie a embarcação na areia, pois a âncora jogada sobre os recifes provoca a destruição dos corais e de outros organismos, além de ser proibida por lei (art. 33 da Lei Federal n.º 9.605/1998 de Crimes Ambientais).

As figuras acima foram extraídas da campanha “Conduta consciente



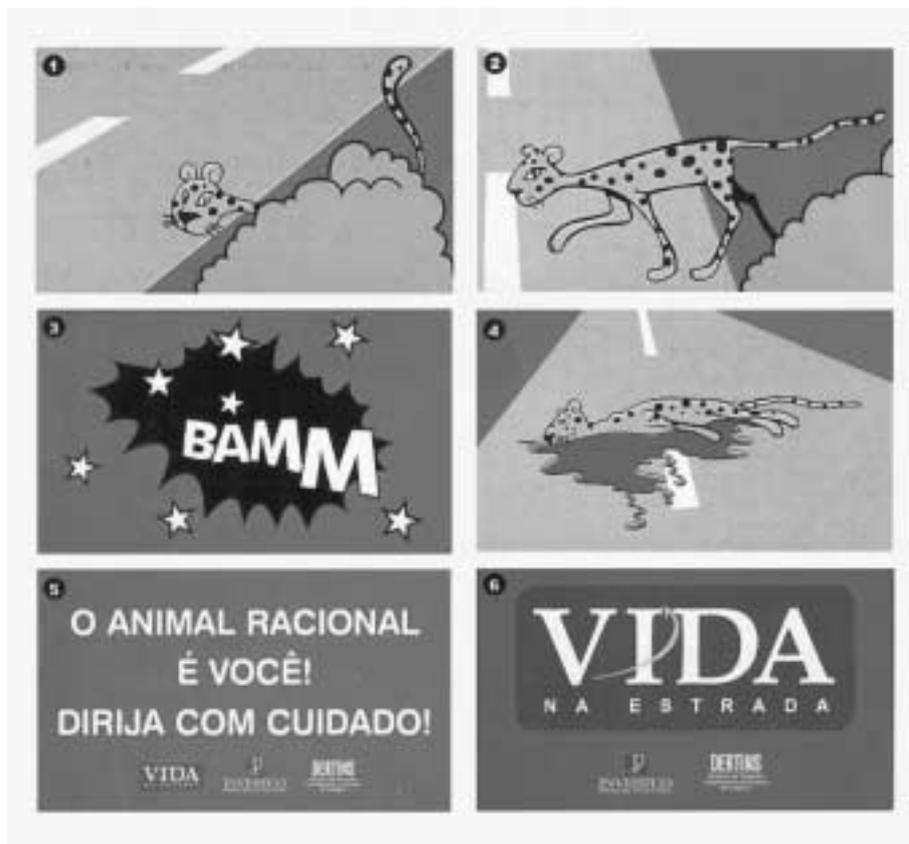
Figura III



Figura IV

produzida pelo Ministério do Meio Ambiente/Secretaria de Biodiversidade e Florestas/Diretoria do Programa Nacional de Áreas Protegidas. A partir dessas figuras, julgue os itens a seguir.

- 139** O material produzido, divulgado na forma de cartazes e cartilhas, é voltado apenas para a educação formal.
- 140** A figura III ressalta a importância positiva da coleta e disseminação de corais para o ecoturismo, o que pode servir como um agente multiplicador de experiências individuais de contato com esse tipo de ambiente.
- 141** A figura IV visa a chamar a atenção dos turistas para a necessidade do uso de nadadeiras, mesmo em águas rasas, para a redução do nível de ruídos e de danificação de corais.
- 142** A campanha “conduta consciente em ambientes recifais” está de acordo com os princípios e objetivos da Lei n.º 9.795/1999, e permite integrar este dispositivo legal com outros, tais como o Decreto n.º 4.339/2002 e a Lei n.º 9.985/2000.



A seqüência de figuras acima, batizada de “história em plaquinhas”, foi desenvolvida pela INVESTCO e colocada ao longo das rodovias, com o apoio do Departamento de Estradas de Rodagem de Tocantins, como parte das ações do Projeto Básico Ambiental de Fauna 05 (PBA 05) por ocasião da construção da Usina Hidrelétrica (UHE) Luís Eduardo Magalhães, em Lajeado – TO. Julgue os itens que se seguem a respeito dessa campanha.

- 143** O objeto da campanha está de acordo com as diretrizes gerais da Conferência de Tbilisi e do documento Agenda 21.
- 144** A campanha trata de tema restrito ao contexto do enchimento do reservatório da barragem da UHE de Lajeado – TO.
- 145** A temática tratada na campanha não é considerada interdisciplinar em uma unidade escolar de ensino fundamental, pois se restringe à proteção da fauna silvestre.
- 146** A campanha não segue a estrutura de comunicação de história em quadrinhos, pois os seis quadros são independentes entre si, podendo ser apresentados isoladamente, sem perder o seu poder de comunicação.

A população, quando está ciente do seu poder ou dever de separar o lixo, contribui mais ativamente com os programas de coleta seletiva voltados para a reciclagem do lixo. Pesquisas têm demonstrado que os programas brasileiros de coleta seletiva que investem em campanhas de educação ambiental são os que têm os menores custos. A população separa mais, recolhe mais material, reduzindo os custos por caminhão e de destino final. O lixo separado, quando chega nos centros de triagem ou mesmo nos lixões, facilita o trabalho dos catadores de lixo.

Sândhya A. Pereira e Régis F. G. dos Santos. In: Emilio M. Eigenheer (org.). *Coleta seletiva de lixo: experiências brasileiras*. n.º 2. Rio de Janeiro: Fólio, 1998, p. 25-37 (com adaptações).

Considerando o texto acima e o tema nele abordado, julgue os itens que se seguem.

- 147** Os componentes econômico e tecnológico são fundamentais na implantação de projetos de coleta seletiva de lixo, o que justifica a centralidade desses componentes nos debates ocorridos na Conferência de Estocolmo.
- 148** O texto localiza o elemento menos prioritário no âmbito da política dos 3R.
- 149** A participação dos catadores de lixo nos centros de triagem, seja de forma organizada (em cooperativas) ou de forma desorganizada, pode ser considerado um processo de inclusão social, estimulado pela Política Nacional de Educação Ambiental.
- 150** A problemática dos resíduos sólidos diz respeito a mudanças de valores e atitudes, que são fundamentais para a efetivação do conceito de sustentabilidade.